



## ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024

**Prezados Senhores:** Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Romi S.A. ("Romi" ou "Companhia"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. Ao longo do ano, o Índice de Confiança do Empresário no setor industrial apresentou uma redução gradual, terminando o ano aos 49,1 pontos, como reflexo das incertezas e da perspectiva de aumento da taxa de juros no Brasil. Embora esse resultado demonstre um cenário neutro de confiança no setor industrial brasileiro, o desempenho atual da indústria, principalmente da indústria de transformação, continua favorável, criando oportunidades de novos negócios para a ROMI. O cenário externo continua sendo um fator de atenção, com as economias globais enfrentando desafios de crescimento e nas políticas monetárias, assim como ainda existem tensões geopolíticas. Embora o ambiente atual demande cautela, especialmente nas decisões de investimento, a capacidade de adaptação e a busca por alternativas estratégicas ainda geram um otimismo moderado, refletido nas expectativas para os próximos meses. A subsidiária alemã B+W, no ano de 2024, continuou demonstrando sua capacidade de desenvolver soluções tecnológicas com elevado grau de complexidade e customização. O resultado foi um crescimento de 16,3% na entrada de pedidos em comparação a 2023. Os últimos anos têm sido marcados por um ambiente de incerteza e alta volatilidade, com grandes desafios em relação à gestão de volume de produção, por exemplo. Diante disso, continuamos implementando medidas com o objetivo de tornar a estrutura mais leve, com uma forma ainda mais ágil e flexível de planejar e produzir, de modo a responder rapidamente às oscilações da demanda. Ao longo dos últimos anos, efetuamos diversas otimizações, principalmente, nas estruturas indiretas e na automatização e digitalização dos processos internos. Estrategicamente, definimos como prioridade o desenvolvimento de novas gerações

de produtos, com evolução significativa no conteúdo tecnológico, alinhadas às necessidades da Indústria 4.0, sendo que os produtos lançados nos últimos anos se consolidaram com muito sucesso nos mercados doméstico e internacional. Focados no futuro, continuamos fortemente investindo no desenvolvimento das próximas gerações de máquinas e de novas tecnologias a serem embarcadas nos nossos produtos. Também lançamos, em meados de 2020, uma solução para os nossos clientes, a locação de máquinas ROMI. Essa solução tem se mostrado altamente competitiva e proporcionado aos clientes mais oportunidades de negócio. Com o objetivo de apoiar financeiramente nossos clientes, em 2022, criamos uma fintech, a PRODZ, que oferece linhas de crédito para a aquisição de máquinas, diretamente com a ROMI, de forma fácil, ágil, digital e descomplicada. A PRODZ realizou, desde 2022, cerca de 304 negócios, totalizando R\$124,2 milhões em créditos concedidos. Essas novas soluções têm suportado grande número de clientes em suas jornadas de crescimento e sucesso, demonstrando o propósito estratégico da ROMI de cuidar do sucesso de seus clientes. No mercado externo, continuamos a fortalecer nossas estruturas de atendimento aos clientes, com o propósito de proporcionar uma experiência cada vez mais positiva, acreditando que esse será o caminho para a consolidação e o crescimento internacional sustentável. Atualmente a Companhia faz parte dos seguintes índices da B3, sendo eles: IGC-NM (Índice de Governança Corporativa - Novo Mercado), IGC (Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada) e ITAG (Tag Along Diferenciado).

**1. DESEMPENHO OPERACIONAL: Receita Operacional Líquida:** A receita operacional líquida auferida em 2024 foi de R\$1,2 bilhão, 0,6% inferior à registrada em 2023, principalmente pela redução das vendas de máquinas ROMI no mercado externo e dos fundidos e usinados no mercado doméstico. **Margens:** Em 2024, a margem bruta foi de 29,1%, que refletiu em uma queda de 0,83 pontos percentuais em relação à obtida em 2023, com destaque, para a Unidade de Negócio Máquinas ROMI. A margem operacional (*Earnings Before Interest and Taxes - EBIT*)

registrada em 2024 foi positiva em 9,2%, apresentando uma queda de 4,9 pontos percentuais em relação a 2023. **Resultado Líquido:** O lucro líquido do ano de 2024 foi R\$115,0 milhões. **2. INVESTIMENTOS:** Ao longo do ano de 2024 foram investidos R\$151,8 milhões, sendo a maior parte deles destinados à automação, manutenção, produtividade, flexibilidade, competitividade das unidades do parque industrial e máquinas de fabricação própria alocadas para o negócio de locação de máquinas, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano. **3. AUDITORIA EXTERNA:** Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Deloitte Touche Tomhatsu Auditores Independentes Ltda. **4. ARBITRAGEM:** As ações da ROMI encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Nacional de Arbitragem, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

#### A Administração

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$), exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	23	911.773	945.831	1.220.011	1.227.247
Custo dos produtos e serviços vendidos	24	(650.903)	(674.445)	(864.795)	(859.705)
<b>Lucro bruto</b>		<b>260.870</b>	<b>271.386</b>	<b>355.216</b>	<b>367.542</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas	24	(70.047)	(67.043)	(118.493)	(111.387)
Gerais e administrativas	24	(56.612)	(52.802)	(106.700)	(98.431)
Pesquisa e desenvolvimento	24	(31.074)	(30.160)	(31.074)	(30.160)
Participação e honorários da Administração	8	(14.258)	(14.005)	(14.500)	(14.232)
Resultado de participações societárias	7	18.128	57.052	—	—
Outras receitas operacionais, líquidas	26	2.166	7.286	28.171	59.835
		<u>(151.697)</u>	<u>(99.672)</u>	<u>(242.596)</u>	<u>(194.375)</u>
		<u>109.173</u>	<u>171.714</u>	<u>112.620</u>	<u>173.167</u>
<b>Lucro operacional</b>					
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>					
Receitas financeiras	25	22.668	27.448	30.113	34.967
Despesas financeiras	25	(18.651)	(20.661)	(25.599)	(26.038)
Variação cambial, líquida		4.389	646	4.186	1.262
		<u>8.406</u>	<u>7.433</u>	<u>8.700</u>	<u>10.191</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>117.579</b>	<b>179.147</b>	<b>121.320</b>	<b>183.358</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	16	(3.696)	(15.061)	(6.356)	(18.771)
Diferido	16	(5.566)	(15.954)	(11.947)	(21.601)
	16	1.870	893	5.591	2.830
		<u>113.883</u>	<u>164.086</u>	<u>114.964</u>	<u>164.587</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>					
<b>Atribuível à</b>					
Participação dos acionistas controladores				113.883	164.086
Participação dos acionistas não controladores				1.081	501
				<u>114.964</u>	<u>164.587</u>
Lucro básico por ação em reais - R\$	17	1,22	1,76	—	—

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	113.883	164.086	114.964	164.587

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício</b>					
Efeito de conversão de moeda estrangeira		18.287	(4.106)	18.287	(4.106)
<b>Lucro líquido abrangente do exercício</b>		<b>132.170</b>	<b>159.980</b>	<b>133.251</b>	<b>160.481</b>
<b>Atribuível à</b>					
Participação dos acionistas da controladora				132.170	159.980
Participação dos acionistas não controladores				1.081	501
				<u>133.251</u>	<u>160.481</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>117.579</b>	<b>179.147</b>	<b>121.320</b>	<b>183.358</b>
Ajustes de:					
Resultado financeiro e variação cambial, não realizadas		(23.704)	(14.331)	36.071	(17.474)
Depreciação e amortização	11, 12	47.930	43.644	60.613	56.038
Constituição para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos	4, 5	8.114	4.187	6.719	4.187
Constituição para realização dos estoques	6	(1.964)	(953)	(742)	(1.630)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	11, 12	(38.756)	(39.916)	(36.759)	(39.998)
Resultado de participações societárias	8	(18.128)	(57.052)	—	—
Constituição de provisão para passivos eventuais	15	857	1.354	911	1.354
Duplicatas a receber		40.738	59.276	41.521	(4.471)
Partes relacionadas (ativo e passivo)		(42.287)	(1.650)	—	—
Valores a receber - repasse FINAME fabricante		(27.369)	3.935	(27.369)	3.935
Estoque		(35.533)	55.859	(106.999)	35.048
Impostos e contribuições a recuperar		(11.383)	3.396	(13.260)	23.090
Depósitos judiciais		19	50	19	50
Outros créditos		11.098	13.648	14.010	14.293
Fornecedores		30.662	(47.072)	22.652	(51.596)
Salários e encargos sociais		(2.093)	(10.077)	(969)	(9.785)
Impostos e contribuições a recolher		(3.809)	20.087	(297)	(2.890)
Adiantamentos de clientes		4.186	(3.153)	77.447	3.406
Outras contas a pagar		41.578	(3.268)	14.317	(2.504)
Caixa gerado nas operações		97.735	207.111	209.205	194.411
Imposto de renda e contribuição social, pagos sobre o lucro		(3.125)	(36.995)	(5.217)	(40.081)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>94.610</b>	<b>170.116</b>	<b>203.988</b>	<b>154.330</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>					
Aplicações financeiras	3	(50.164)	118.748	(67.410)	86.748
Aquisição de imobilizado	11	(148.773)	(123.600)	(154.750)	(130.051)
Redução de capital de investida no exterior	7	—	7.397	—	—
Aquisição de intangível	12	—	(137)	(26)	(199)
Receita na venda de imobilizado		90.471	80.093	90.471	80.093
Dividendos recebidos	7	8.676	26.706	—	—
Aumento de capital em controlada	7	(49.249)	(34.000)	—	—
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(149.039)</b>	<b>75.207</b>	<b>(131.715)</b>	<b>36.591</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>					
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	17	(57.384)	(97.970)	(58.029)	(98.910)
Novos empréstimos e financiamentos		170.219	84.000	188.382	100.325
Pagamentos de financiamentos		(139.562)	(21.057)	(215.396)	(26.293)
Juros pagos		(15.294)	(16.381)	(17.052)	(18.611)
Novos financiamentos - FINAME fabricante		195.986	171.540	195.986	171.540
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante		(168.991)	(117.426)	(168.991)	(117.426)
Juros pagos e provisionados ao fim do exercício - Fname Fabricante		(27.728)	(53.435)	(27.728)	(53.435)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(42.754)</b>	<b>(50.729)</b>	<b>(102.828)</b>	<b>(42.810)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>		<b>(97.183)</b>	<b>194.594</b>	<b>(30.555)</b>	<b>148.111</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício</b>		<b>216.256</b>	<b>21.662</b>	<b>282.418</b>	<b>131.999</b>
<b>Ganhos cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior</b>		<b>—</b>	<b>—</b>	<b>10.357</b>	<b>2.308</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício</b>		<b>119.073</b>	<b>216.256</b>	<b>262.220</b>	<b>282.418</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	119.073	216.256	262.220	282.418
Aplicações financeiras	3	50.230	66	99.476	32.066
Contas a receber	4.i	108.446	101.665	209.783	240.727
Contas a receber - Financiamentos PRODZ	4.ii	—	—	51.476	34.696
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	177.517	170.821	177.517	170.821
Estoques	6	478.208	446.596	715.544	607.007
Máquinas de locação destinadas a venda	11	22.987	—	22.987	—
Partes relacionadas	8	27.728	19.238	—	—
Impostos e contribuições a recuperar	9	8.748	7.700	18.609	15.928
Outros créditos		9.616	9.590	18.454	17.232
		<u>1.002.553</u>	<u>971.932</u>	<u>1.576.066</u>	<u>1.400.895</u>

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos	13	67.679	140.550	147.148	176.839
Financiamentos - FINAME fabricante	14	196.847	162.410	196.847	162.410
Fornecedores		94.373	56.071	110.420	80.128
Salários e encargos sociais		29.909	32.002	38.096	39.065
Impostos e contribuições a recolher		1.296	8.230	10.820	15.541
Adiantamentos de clientes		32.220	28.034	187.257	109.810
Participações a pagar		4.797	5.507	4.797	5.507
Dividendos e juros sobre o capital próprio		17.817	368	17.817	368
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	5.921	3.848	5.921	3.848
Outras contas a pagar		13.994	9.297	42.016	34.763
Partes relacionadas	8	9.178	206	—	—
		<u>474.031</u>	<u>446.523</u>	<u>761.139</u>	<u>628.279</u>

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos	13	261.645	141.247	317.259	216.532
Financiamentos - FINAME fabricante	14	194.230	229.400	194.230	229.400
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	397	403	451	403
Outras contas a pagar		13	—	5.871	2.988
Partes relacionadas	8	32.700	—	—	—
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	7	12.431	4.813	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	—	—	38.660	33.097
		<u>501.416</u>	<u>375.863</u>	<u>556.471</u>	<u>482.420</u>
		<u>975.447</u>	<u>822.386</u>	<u>1.317.610</u>	<u>1.110.699</u>

★ continuação



ROMI S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

ROMI3  
B3 LISTED NMitag  
Índice de Ações com Tag Algoritmico Diferenciado**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) - Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam recuperável de Ativos. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis materiais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.18. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

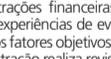
**2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.3 Investimentos em empresas controladas - Consolidação: (a) Controladora:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção de efeito de tradução destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão) para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada. Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.10). Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **(b) Consolidado:** A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 7 - Investimento em controladas. A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores". As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

**2.4 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior:** Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento. **(b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa: (i) Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(ii) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de instituições com baixo risco de crédito, apresentando rentabilidade predominantemente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa. **2.6 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros: **(a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.17 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. **(b) Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, valor a receber - repasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante. **(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **(e) Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **(f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 4. (i) Passivos financeiros: **(a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. **(b) Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **(c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **(d) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos):** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide notas 13 e 14. **(e) Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.7 Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. **2.8 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos. O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 11. O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em: "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.8.1 Máquinas de locação destinadas a venda:** São classificados como "Máquinas de locação destinadas a venda", no ativo circulante, as máquinas cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo por meio da atividade de locação. Essa condição é considerada atendida quando: (i) as máquinas estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Administração está comprometida com a venda das máquinas desativadas do imobilizado; (iii) as máquinas são efetivamente colocadas à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação. As máquinas retornadas da locação desativadas são apresentadas pelo menor valor entre o valor justo deduzido das despesas estimadas de venda e o seu valor realizável líquido, que contempla o custo de aquisição mais gastos capitalizáveis decorrentes da reforma, líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "Máquinas de locação destinadas a venda". **2.9 Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 10. As propriedades para

investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **2.10 Intangível:** É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 12). Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento". **2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação do seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. **2.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata" de, a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras. **2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.14 Benefícios a empregados:** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros. O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados. As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 18). **2.15 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.17 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas. **(a) Venda de produtos:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item. (i) Contraprestação variável: Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/produzitividade. (ii) Obrigações de garantia: A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual. (iii) Componente de financiamento: Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo. (iv) Contraprestação não monetária: A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária. **(b) Venda de lotes (próprios):** A Companhia por meio de sua subsidiária Integral Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Rominor Empreendimentos") é uma entidade de incorporação de empreendimentos imobiliários, criada com o objetivo de realizar empreendimentos imobiliários em imóveis próprios da Companhia, tendo em vista que o seu patrimônio imobiliário de ativos é considerado propriedades para investimentos e/ou estoque. No modelo de venda de lotes sob contratos com parceiros, em linha com as orientações da CVM, a Companhia julga que o controle do terreno é passado diretamente da "Rominor Empreendimentos" ao comprador do lote no momento da assinatura do contrato de compra e venda. Dessa forma, para aqueles projetos ainda em desenvolvimento, após a assinatura do contrato de compra e venda, a contabilização é da venda pela Companhia das beneficiárias alocadas àquele lote diretamente para o comprador do lote e a receita dessa venda é registrada pelo método de percentual de performance incorrido, na rubrica "Outras receitas operacionais, líquidas". A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", com base nas orientações contidas no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, adotando-se para o reconhecimento da receita o critério "over time". A Companhia deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente, vinculado ao progresso físico da obra. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo. Os montantes das receitas de vendas reconhecidas que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos com relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Adiantamento de clientes". Os tributos incidentes sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **(d) Receita de locação de máquinas:** A receita de locação de máquinas é medida pelo valor justo da contraprestação dos serviços de locação a receber. As receitas são reconhecidas em bases mensais pelo período do contrato de aluguel. **(e) Receita de venda de máquinas de locação destinadas a venda:** A receita da venda de "Máquinas de locação destinadas a venda" é uma atividade complementar da atividade de locação de máquinas. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerente a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, e o valor da receita possa ser mensurados de maneira confiável. Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **2.18 Provisões:** As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa. Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança. **2.19 Aplicação de julgamentos e políticas contábeis materiais na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (a) Vida útil de ativos de longa duração; a administração realiza revisões da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente. (b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (*impairment*) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10). (c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.7. (d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6 (f). (e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.13), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.18). (f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprevisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **2.20 Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. **2.21 Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 21). **2.22 Demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03 (R2). **2.23 IPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. **2.24 Adoção das CPCs/IFRSs novas e revisadas:** 2.24.1 CPCs/IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente: No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. (i) Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: A Companhia adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação



**ROMI S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

**ROMI3**  
B3 LISTED NM



**itag**  
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. ii) Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: A Companhia adotou as alterações à IAS 1, publicadas em novembro de 2022, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da Companhia na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém, se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a Companhia divulga informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso inclui informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumprí-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a Companhia pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants. iii) Alteração à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de Arrendamento em uma Transação de "Sale and Leaseback": A Companhia adotou as alterações à IFRS 16 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revisados" de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao termo total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de "sale and leaseback" com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de "sale and leaseback" que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a Companhia aplicou a IFRS 16 pela primeira vez. **2.242 CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas:** Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no futuro. ii) IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras: A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: • apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado; • apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; e • melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a Companhia aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro. iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam às Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. A Companhia pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório: • for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária); • não tiver responsabilidade pública; e • sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam às Normas Contábeis IFRS. A subsidiária tem responsabilidade pública se: • seus instrumentos da dívida ou patrimoniais forem negociados em um mercado público ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (uma bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, inclusive mercados locais e regionais); ou • detiver ativos em capacidade fiduciária para um grupo abrangente de estrangeiros como um dos seus principais negócios (por exemplo, bancos, associações de crédito, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos e bancos de investimento normalmente atendem este segundo critério). As entidades elegíveis podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária elegível que não aplica a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras consolidadas pode fazer isso nas suas demonstrações financeiras separadas. A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Se a Companhia optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anterior ao período de relatório no qual ela aplicar a IFRS 18 pela primeira vez, ela deve aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação descrito no anexo à IFRS 19. Se a Companhia optar por aplicar a IFRS 19 para um período de relatório anual antes de ter aplicado as alterações à IAS 21, ela não deve aplicar as exigências de divulgação na IFRS 19 com relação à Falta de Conversibilidade. Os diretores da Companhia não esperam que a IFRS 19 seja aplicada para fins das demonstrações financeiras consolidadas do grupo. iv) Orientação Técnica OCP 10 e Resolução CVM 223: No dia 16 de dezembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Orientação Técnica OCP 10 - Créditos de Carbono (TCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBI). Em consonância com esta iniciativa, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução 223/24, que torna obrigatória a adoção da referida orientação técnica para as companhias abertas supervisionadas pela autarquia. O OCP 10 e Resolução CVM 223/24 entram em vigor em 1º de janeiro de 2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data. Conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, na data de publicação das demonstrações financeiras, a Companhia ainda não adotou antecipadamente referida orientação técnica. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS:**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e depósitos em conta corrente	19.254	37.912	126.231	93.351
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	99.647	177.906	135.817	188.629
Outros	172	438	172	438
<b>Total de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>119.073</b>	<b>216.256</b>	<b>262.220</b>	<b>282.418</b>
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (b)	50.230	66	99.476	32.066
<b>Total de títulos mantidos para negociação</b>	<b>50.230</b>	<b>66</b>	<b>99.476</b>	<b>32.066</b>

(a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento em até 90 dias. (b) Refere-se a aplicações financeiras com rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI com vencimento acima de 90 dias. As aplicações financeiras são remuneradas por taxa média de 101,84% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,54% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

**4. CONTAS A RECEBER E CONTAS A RECEBER - FINANCIAMENTOS PRODZ: (i) Contas a Receber:**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Cientes no país (Brasil)	92.948	82.217	99.145	104.930
Cientes no exterior	21.725	22.508	120.631	142.217
Estimativas de perdas por créditos de liquidação duvidosa	(6.227)	(3.060)	(9.993)	(6.420)
<b>Circulante</b>	<b>108.446</b>	<b>101.665</b>	<b>209.783</b>	<b>240.727</b>
Cientes no país (Brasil)	2.897	1.493	17.935	1.660
Cientes no exterior	5.173	3.534	7.034	5.862
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa	(3.122)	(2.472)	(3.122)	(2.472)
<b>Não circulante</b>	<b>4.948</b>	<b>2.555</b>	<b>21.847</b>	<b>5.050</b>

As duplicatas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos. O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Vencidos:	84.478	81.220	175.669	208.799
De 1 a 30 dias	12.716	4.954	18.734	12.818
De 31 a 60 dias	1.933	4.074	2.950	4.552
De 61 a 90 dias	342	1.837	1.096	1.822
De 91 a 180 dias	2.197	4.488	3.856	5.988
De 181 a 360 dias	4.546	4.530	4.839	5.646
Mais de 360 dias	8.461	3.622	12.632	7.521
<b>Total</b>	<b>114.673</b>	<b>104.725</b>	<b>219.776</b>	<b>247.146</b>
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(6.227)	(3.060)	(9.993)	(6.420)
<b>Total circulante</b>	<b>108.446</b>	<b>101.665</b>	<b>209.783</b>	<b>240.727</b>

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2024, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Valores a vencer:</b>		
2026	5.451	19.212
2027	2.619	5.539
2028 e após	-	251
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(3.122)	(3.156)
<b>Total - não circulante</b>	<b>4.948</b>	<b>21.846</b>

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro 2023</b>	<b>5.532</b>	<b>8.892</b>
Créditos reconhecidos no exercício	7.174	8.019
Créditos baixados definitivamente da posição	(3.357)	(5.563)
Variação cambial	-	1.768
<b>Saldo em 31 de dezembro 2024</b>	<b>9.349</b>	<b>13.115</b>

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real.

A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

**(ii) Contas a Receber - Financiamentos ProdZ:**

	ProdZ	
	31.12.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>	<b>51.476</b>	<b>34.696</b>
Cientes no país	52.093	35.101
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa	(617)	(405)
<b>Não Circulante</b>	<b>29.508</b>	<b>30.079</b>
Cientes no país	29.542	30.079
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa	(34)	-

Os saldos de contas a receber dos financiamentos PRODZ no ativo circulante 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão distribuídos conforme segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Vencidos:	48.453	33.994
De 1 a 30 dias	797	363
De 31 a 60 dias	544	258
De 61 a 90 dias	289	150
De 91 a 180 dias	734	181
De 181 a 360 dias	812	117
Mais de 360 dias	463	38
<b>Total</b>	<b>52.093</b>	<b>35.101</b>
Estimativas de perdas p/créditos de liq. duvidosa	(617)	(405)
<b>Total circulante</b>	<b>51.476</b>	<b>34.696</b>

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2024, da PRODZ, está distribuído conforme segue:

	PRODZ
Valores a vencer:	22.020
2026	6.136
2027	1.352
2028 e após	2.532
<b>Total - não circulante</b>	<b>29.508</b>

**5. VALORES A RECEBER - REPASSE FINAME FABRICANTE:**

	Controladora e Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
FINAME a vencer	160.390	161.780	
FINAME aguardando liberação (a)	2.898	388	
FINAME em atraso (b)	22.187	13.019	
<b>Total</b>	<b>185.475</b>	<b>175.187</b>	
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(7.958)	(4.366)	
<b>Circulante</b>	<b>177.517</b>	<b>170.821</b>	
FINAME a vencer	230.296	233.673	
FINAME aguardando liberação (a)	22.348	1.888	
	252.644	235.561	
	(3.987)	(3.528)	
<b>Não circulante</b>	<b>248.657</b>	<b>232.033</b>	
<b>Total</b>	<b>426.174</b>	<b>402.854</b>	

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14), e estão registrados pelos seus custos amortizados. FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo às condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento. Adicionalmente, consideram-se para definição das condições de financiamento as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda, e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente. A diferença entre os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - é representada por: (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente. (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra estimativa de perda para eventual não realização desse saldo no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos em que a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber. As máquinas apreendidas como parte do processo de execução são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, mediante então são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$592 (R\$1.163 em 31 de dezembro) no ativo circulante, e R\$9.190 (R\$7.479 em 31 de dezembro de 2023) no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os valores a receber - repasse FINAME fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo circulante, estavam distribuídos como segue:

	Controladora e Consolidado	31.12.2024	31.12.2023
Vencidos:	163.288	162.168	
De 1 a 30 dias	2.359	1.962	
De 31 a 60 dias	1.629	983	
De 61 a 90 dias	1.140	528	
De 91 a 180 dias	3.256	846	
De 181 a 360 dias	4.854	476	
Mais de 360 dias	8.948	8.223	
	22.187	13.019	
	(7.958)	(4.366)	
<b>Total - Circulante</b>	<b>177.517</b>	<b>170.821</b>	

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado
Vencidos:	126.573
2026	77.852
2027	40.955
2028	7.264
2029	(3.987)
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	<b>248.657</b>

A movimentação das estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>7.894</b>	<b>7.894</b>
Créditos reconhecidos (ou baixados) no exercício	4.051	4.051
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>11.945</b>	<b>11.945</b>

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real.

A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

**6. ESTOQUES:**

	Controladora	Consolidado		
<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>	
Produtos acabados	39.660	45.503	107.652	111.251
Máquinas usadas	1.365	4.119	1.365	4.119
Produtos em elaboração	144.976	122.707	249.994	159.338
Matéria-prima e componentes	274.952	266.495	333.963	316.700
Importações em andamento	17.255	7.772	22.570	15.599
<b>Total</b>	<b>478.208</b>	<b>446.596</b>	<b>715.544</b>	<b>607.007</b>

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2024, estão líquidos das perdas para realização dos estoques de caixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização, nos montantes de R\$24.940 e R\$39.585 (R\$25.687 e R\$34.210 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente. A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 1º janeiro de 2023</b>	<b>22.485</b>	<b>30.976</b>
Estoques vendidos ou baixados	(12.061)	(12.843)
Perdas reconhecidas	11.108	11.213
Variação cambial	-	709
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no exercício	4.155	4.155
<b>Saldo em 31 dezembro de 2023</b>	<b>25.687</b>	<b>34.210</b>
Estoques vendidos ou baixados	(11.794)	(11.886)
Perdas reconhecidas	9.830	11.144
Variação cambial	-	4.900
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no exercício	1.217	1.217
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>24.940</b>	<b>39.585</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>24.940</b>	<b>39.585</b>

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

★ continuação



**ROMI S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2024								
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi IRSA A.L. (6)	Máq. México (7)	Prodz (8)	Total
<b>Investimentos:</b>									
<b>Número de ações/cotas representativas do capital social</b>	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78.000	1.188.000	100,0%	100,0%	100,0%
<b>Participação do capital social</b>	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Ativo circulante	82.423	312.707	36.786	91.254	66.958	—	28.161	64.057	—
Ativo não circulante	10.798	129.925	300	3.035	—	—	2.491	62.207	—
Passivo circulante	63.309	236.013	4.359	83.192	130	—	33.239	601	—
Passivo não circulante	32.985	98.083	—	9.231	54	—	6.771	—	—
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	(3.073)	108.535	32.727	1.866	66.773	—	(9.358)	125.663	—
Resultado do exercício	(4.964)	(9.208)	14.527	(46)	10.631	—	(2.804)	9.992	—
<b>Movimentação do investimento: Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.584</b>	<b>98.658</b>	<b>24.608</b>	<b>1.276</b>	<b>56.142</b>	<b>—</b>	<b>(4.813)</b>	<b>66.422</b>	<b>243.877</b>
Varição cambial sobre investimentos no exterior	307	19.085	—	636	—	—	(1.741)	—	18.287
Dividendos declarados e distribuídos (b)	—	—	(8.676)	—	—	—	—	—	(8.676)
Resultado de participações societárias	(4.964)	(9.208)	14.527	(46)	10.631	—	(2.804)	9.992	18.128
Aumento/Diminuição de capital em controlada	—	—	—	—	—	—	—	49.249	49.249
<b>Valor patrimonial equivalente - saldo final</b>	<b>(3.073)</b>	<b>108.535</b>	<b>30.459</b>	<b>1.866</b>	<b>66.773</b>	<b>—</b>	<b>(9.358)</b>	<b>125.663</b>	<b>320.865</b>
<b>Investimento em controladas</b>	<b>—</b>	<b>108.535</b>	<b>30.459</b>	<b>1.866</b>	<b>66.773</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>125.663</b>	<b>333.296</b>
<b>Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas</b>	<b>(3.073)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(9.358)</b>	<b>—</b>	<b>(12.431)</b>

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações. (b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Comércio, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de janeiro de 2024 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária em 12 de março de 2024 foi autorizada a distribuição de lucros no exercício de 2023. A Companhia recebeu dessa distribuição no primeiro trimestre de 2024 o montante de R\$5.041. Adicionalmente, a Companhia recebeu distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$3.632 a ser submetida para aprovação na AGO - Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025 totalizando o montante de R\$8.676. (c) Aumento de capital na subsidiária PRODZ, até 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$49.249 havia sido integralizado.

	31.12.2023								
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi IRSA A.L. (6)	Máq. México (7)	Prodz (8)	Total
<b>Investimentos:</b>									
<b>Número de ações/cotas representativas do capital social</b>	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	100,0%	100,0%
<b>Participação do capital social</b>	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Ativo circulante	83.527	191.340	28.131	56.734	57.762	—	26.254	36.763	—
Ativo não circulante	10.452	109.438	300	300	(1.423)	—	2.584	30.079	—
Passivo circulante	53.197	152.607	1.991	43.655	197	—	23.094	420	—
Passivo não circulante	39.198	49.513	—	12.103	—	—	10.557	—	—
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	1.584	98.658	26.440	1.276	56.142	—	(4.813)	66.422	—
<b>Movimentação do investimento: Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>10.603</b>	<b>104.897</b>	<b>30.505</b>	<b>(2.684)</b>	<b>17.327</b>	<b>8.044</b>	<b>(4.383)</b>	<b>26.726</b>	<b>191.035</b>
Varição cambial sobre investimentos no exterior	(109)	(4.033)	—	167	—	(447)	316	—	(4.106)
Dividendos declarados e distribuídos (b)	—	—	(12.618)	—	(14.088)	—	—	—	(26.706)
Resultado de participações societárias	(8.910)	(2.206)	6.721	3.793	52.903	(200)	(746)	5.696	57.052
Aumento/Diminuição de capital em controlada	—	—	—	—	—	(7.397)	—	34.000	26.603
<b>Valor patrimonial equivalente - saldo final</b>	<b>1.584</b>	<b>98.658</b>	<b>24.608</b>	<b>1.276</b>	<b>56.142</b>	<b>—</b>	<b>(4.813)</b>	<b>66.422</b>	<b>243.877</b>
<b>Investimento em controladas</b>	<b>1.584</b>	<b>98.658</b>	<b>24.608</b>	<b>1.276</b>	<b>56.142</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>66.422</b>	<b>248.690</b>
<b>Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(4.813)</b>	<b>—</b>	<b>(4.813)</b>

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações. (b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Comércio, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de janeiro de 2023 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária em 14 de março de 2023 foi autorizada a distribuição de lucros no exercício de 2022, ademais houve a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios referente ao resultado de 2023. (c) Houve a distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária Rominor Empreendimentos, aprovada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 14 de março de 2023 no valor de R\$14.088. (d) Aumento de capital na subsidiária PRODZ, até 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$34.000 havia sido integralizado. (e) Em setembro de 2023 houve o encerramento das atividades da subsidiária ROMI AL, descapitalizando a controlada.

**8. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:** Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes. **(i) Saldos Patrimoniais - Controladora:**

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
<b>Controladas Diretas</b>				
Romi Europa	15.048	9.572	244	34
Romi Itália	6.663	2.868	—	—
Romi BW Machine Tools	14.529	5.539	59	166
Irsa Máquinas México	20.923	14.672	12	2
Rominor Comércio	3.632	1.682	—	—
ProdZ	—	—	41.429	—
	<b>60.795</b>	<b>34.333</b>	<b>41.744</b>	<b>202</b>
<b>Controladas Indiretas</b>				
B+W - Burkhardt+Weber	19.491	9.556	130	—
Romi France S.A.S.	11.091	5.619	—	—
Romi Máquinas Espanha S.A.	10.452	7.766	—	—
Romi Machines UK	9.115	3.502	4	4
	<b>50.149</b>	<b>26.443</b>	<b>134</b>	<b>4</b>
	<b>110.945</b>	<b>60.776</b>	<b>41.878</b>	<b>206</b>
<b>Total</b>	<b>27.728</b>	<b>19.238</b>	<b>9.178</b>	<b>206</b>
Circulante	83.217	41.538	32.700	—
Não Circulante	<b>110.945</b>	<b>60.776</b>	<b>41.878</b>	<b>206</b>

	Resultado de produtos operacional e financeiro	
	31.12.2024	31.12.2023
<b>Receita de venda</b>	<b>6.468</b>	<b>8.091</b>
Romi Europa	48	46
Rominor Comércio	26	33
Rominor Empreendimentos	4.702	8.869
Romi Itália	8.450	10.426
Romi BW Machine Tools	5.641	6.574
Romi France S.A.S.	—	—
Romi A.L.	—	17
Romi Machines UK	5.047	6.766
Irsa Máquinas México	4.477	7.282
B+W - Burkhardt + Weber	9.513	4.664
Romi Máquinas Espanha	973	1.932
ProdZ	80	77
<b>Total</b>	<b>45.425</b>	<b>54.761</b>

Os principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas. A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração. A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A. A receita acumulada até 31 de dezembro de 2024 foi de R\$156 (R\$155 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pela Promotora de Justiça. As doações acumuladas até 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$1.204 (R\$1.152 em 31 de dezembro de 2023). Conforme mencionado na Nota Explicativa 10 - Propriedade para investimento, por meio da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Rominor Empreendimentos"), houve a venda do terreno localizado na (i) Rua Papa Pio XII, e (ii) do prédio industrial localizado na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 1.250 tal transação foi intermediada por Partes Relacionadas à Companhia e foi paga comissão devida pela intermediação de corretagem no valor total de R\$480. As deliberações foram tomadas exclusivamente pelos membros independentes do Conselho de Administração que se julgaram desimpediados, conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de julho de 2024. As remunerações dos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são como seguem:

	31.12.2024	31.12.2023
Honorários e encargos	8.451	7.702
Participação nos resultados	4.989	5.559
Plano de previdência privada	428	405
Assistência médica	390	339
<b>Controladora</b>	<b>14.258</b>	<b>14.005</b>
Honorários e encargos das empresas controladas	242	227
<b>Consolidado</b>	<b>14.500</b>	<b>14.232</b>

**9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR:** Os impostos e as contribuições a recuperar estão representadas a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
<b>Circulante</b>	<b>538</b>	<b>1.824</b>
IRRF	—	2
INSS	—	2.684
IPI	3.792	2.460
ICMS	3.704	127
PIS	127	130
COFINS	586	600
<b>Total Controladora</b>	<b>8.748</b>	<b>7.700</b>
Impostos a recuperar de subsidiárias	9.861	8.228
<b>Total Consolidado</b>	<b>18.609</b>	<b>15.928</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>62.792</b>	<b>58.255</b>
Processo Selic (a)	2.777	2.531
ICMS	24	25
OUTROS	65.599	60.811
<b>Total Controladora</b>	<b>65.599</b>	<b>60.811</b>
Impostos a recuperar de subsidiárias	6	6
<b>Total Consolidado</b>	<b>65.599</b>	<b>60.811</b>

(a) Processos fiscais ("Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de inadimplências tributárias"): Em 20 de março de 2019, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança na qual busca a recuperação de tributos que julga ter pago indevidamente nos últimos cinco anos, em razão da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros de mora na restituição e ressarcimento de créditos tributários. Tal matéria foi submetida ao rito de repercussão geral em 24 de setembro de 2021, onde ao julgar o recurso extraordinário número 1.063.187, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros na restituição e ressarcimento de créditos tributários, conforme transcrito a seguir: "É inconstitucional a incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário". A Administração realizou a análise do referido processo à luz do arcabouço contábil vigente, sendo dois principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; e (ii) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, concluiu-se que, o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro seria o pronunciamento mais aplicável a essa situação em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro. Tal pronunciamento requer que a Companhia avalie se é "mais provável do que não" que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se tratar de uma ação judicial com rito de repercussão geral, aplicada a todos os demais processos que venham a ser julgados, o histórico recente de modulações do STF e a Companhia possuir ação judicial ajuizada antes da referida decisão judicial do STF, a Administração concluiu que é mais provável do que não que

a Companhia possui o direito sobre este crédito na data de aprovação e emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021 e, esta conclusão está de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, dessa forma o reconhecimento desse crédito tributário foi realizado para o período findo em 30 de setembro de 2021. Os efeitos dos reconhecimentos representaram os seguintes impactos nas demonstrações dos resultados do terceiro trimestre de 2021: (i) receitas financeiras: R\$2,1 milhões; e (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente: R\$42,9 milhões. Por fim, a ação judicial da Companhia encontra-se no STF aguardando a análise do agravo em recurso especial interposto pela ROMI, cuja discussão é exclusivamente sobre o Tema 504 do STJ que trata dos juros incidentes na devolução dos depósitos judiciais, que ainda não transitou em julgado, considerando o entendimento do STF no caso das repetições de indébito que poderá ser observado pelo Tribunal Superior. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021.

**10. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO:** Em 2012, a Administração da Companhia decidiu, com base nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazo, classificar parte das propriedades na rubrica de "Propriedade para Investimento", mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedade para investimento são de R\$13.500 (R\$13.500 - em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R\$14.283 (R\$15.183 - em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo a Companhia contratou avaliador independente, que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, o qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, que avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$110.661 (R\$110.661 - em 31 de dezembro de 2023) na controladora e R\$114.318 (R\$126.318 - em 31 de dezembro de 2023) no consolidado. i) Em abril de 2022, por meio da controlada Rominor Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Rominor Empreendimentos") houve o lançamento do loteamento fechado Vila Romi Residence, que conta com 350 lotes entre 300m² e 884m², cuja previsão de entrega e conclusão do empreendimento é 2025. Até o presente momento, as vendas estão indicando o Valor Geral de Vendas ("VGV") total estimado em cerca de R\$133.000 se mostrou adequado. A participação da Rominor Empreendimentos, subsidiária integral da Companhia nesse empreendimento é de 50% do VGV. Até a data dessas demonstrações financeiras intermediárias, a controlada Rominor Empreendimentos havia recebido o montante de aproximadamente R\$53,9 milhões (valor acrescido da correção monetária e juros). A Administração analisou as normas contábeis CPC 47 - Reconhecimento de Receitas e as normas de CVM aplicáveis e, entendeu que, para o reconhecimento de toda a receita do empreendimento Vila Romi Residence, deve ser aplicado a metodologia *Percentage of Completion* ("POC"). Para a posição de 31 de dezembro de 2024, o percentual de conclusão das obras era de 100,0% conforme relatório de medição de obras, com impacto na rubrica de "Outras receitas operacionais, líquidas" no montante de R\$16.059 (tendo sido reconhecido desde o início da obra o saldo total acumulado de R\$82.627). ii) Em 25 de julho de 2024, por meio de sua subsidiária Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. "Rominor Comércio", celebrou a venda de imóvel com terceiros, cujo objeto foram os terrenos localizados na (i) Rua Papa Pio XII, com área total de 3.368 m² em Santa Bárbara d'Oeste; e (ii) o prédio industrial localizado na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 1250, contendo 1.142,97 m² de área construída e edificado sobre o terreno (i). O resultado da venda no terceiro trimestre de 2024 foi classificado na linha de "Outras receitas operacionais, líquidas", com impacto de R\$10.000 no resultado operacional e de R\$9.636 no lucro líquido, sendo que o pagamento foi recebido em sua totalidade no ato da assinatura da escritura.

**11. IMOBILIZADO:** A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

	Controladora							
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Total
<b>Custo do imobilizado bruto</b>	3.997	216.035	488.455	12.159	4.680	37.616	11.002	773.944
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	—	1.838	48.086	959	11	820	71.803	123.517
Adições	—	—	(61.770)	(22)	(8)	(1.336)	—	(63.136)
Baixas	—	728	59.360	(5)	(104)	—	(59.979)	—
Transferências	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.997</b>	<b>218.601</b>	<b>534.131</b>	<b>13.091</b>	<b>4.579</b>	<b>37.100</b>	<b>22.826</b>	<b>834.325</b>
Adições	—	1.418	45.973	644	1.013	538	99.187	148.773
Baixas	—	—	(66.187)	(59)	(158)	(196)	—	(66.600)
Transferências	—	1.960	101.300	—	—	—	(103.260)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.997</b>	<b>221.979</b>	<b>615.217</b>	<b>13.676</b>	<b>5.434</b>	<b>37.442</b>	<b>18.753</b>	<b>916.498</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	—	129.400	252.269	8.342	3.893	33.656	—	427.560
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	—	6.293	35.130	501	269	1.147	—	43.340
Depreciação	—	—	(21.762)	(21)	(112)	(1.147)	—	(23.042)
Baixas	—	—	135.693	265.637	8.822	4.050	33.656	447.858
Depreciação	—	6.401	39.041	591	237	1.357	—	47.627
Baixas	—	—	(14.474)	(59)	(157)			

→ continuação



**ROMI S.A.**  
Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

**ROMI3**  
B3 LISTED NM



**itag**  
Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. FINANCIAMENTOS:** A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

Modalidade	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia
	2024	2023	2024	2023				
PROJETO FINEP (a)	275	150	146.018	84.000	jun-2030	Mensal	TR + 3,30 a.a.	Fiança bancária
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação	-	222	-	-	jan-2023	Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Equipamentos e Terrenos Covenants
FINAME diversos	-	37	-	-	jan-2024	Mensal	Taxas 3,50% a.a.	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor/Nota Promissória
Financiamento à Exportação (NCE) (b)	1.513	19.551	35.355	-	mar-2026 a ago-2026	Parcela única	Juros de 5,7% a.a.	Aval Rominor Empreendimentos e Rominor Comércio
Financiamento à Exportação (NCE) (c)	53	-	49.255	10.722	set-2026 a dez-2027	Parcela única	Juros de 3,949% a.a. a 4,5% a.a.	Aval Rominor Empreendimentos
Financiamento à Exportação (NCE)	12.945	21.348	-	-	mar-2025	Parcela única	Juros de 2,03% a.a.	-
Linha 4131	-	27.448	-	-	mar-2024	Parcela única	1,1645% a.a. + Comissão 0,08%a.a.	Aval Rominor Empreendimentos
BNDES Exportação	-	56.022	-	-	out-2024	-	IPCA + 1,53 + 1,614 (252 DIAS)	Equipamentos e Terrenos Covenants
EXPORT ACC (d)	37.159	-	-	-	jan-2025 a mar-2025	Parcela única	Juros de 4,63% a.a. a 4,68% a.a.	Aval Rominor Comércio
BNDES Exportação Linha 4.0	15.734	15.771	31.017	46.525	dez-2027	Mensal	Taxa Selic + 0,75% a.a. (252 dias)	Covenants
<b>Controladora</b>	<b>67.679</b>	<b>140.550</b>	<b>261.645</b>	<b>141.247</b>				
B+W-Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (e)	2.276	10.419	2.673	29.563	jun-2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
B+W-Financiamento (Efeitos COVID-19) - € (e)	-	25.199	-	45.722	set-2023	Trimestral	2,00% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
B+W-Itaú Loan Agreement - € (e)	45.041	-	22.520	-	mar-2025 a jun-2026	Parcela única	Juros de 5,15% a.a. a 5,70% a.a.	Aval Romi S.A.
<b>BNDES Exim pós Modalidade Supplier Credit (f)</b>	<b>32.152</b>	<b>-</b>	<b>30.421</b>	<b>-</b>	set-2027	Semestral	Juros de 1,231415% a.a. a 3,3661% a.a.	Aval Romi S.A.
Outros - capital de giro	-	672	-	-				
<b>Consolidado</b>	<b>147.148</b>	<b>176.839</b>	<b>317.259</b>	<b>216.532</b>				

(a) Em maio de 2023, foi contratada pela Companhia junto à Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") a Linha de Financiamento "Inovação para Competitividade", para projetos de inovação de produtos e processos da Companhia, com as seguintes características: valor de até R\$ 146.018, com liberações anuais, sendo a primeira liberação de até R\$84.000 e a segunda de até R\$62.018; custo financeiro da TR, acrescido de "Spread Finep" de 3,3% a.a. e Taxa de Inspeção e Vigilância de 0,99%; Garantia através de fiança bancária; Prazo total de 84 meses, sendo 36 meses de carência para vencimento da primeira parcela e prazo de 48 meses para pagamento do principal, a contar da assinatura do contrato da operação a ser celebrado entre a Companhia e a FINEP. Esta captação foi isenta de exigência de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. (b) Em 12 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira *China Construction Bank* (Brasil) Banco Múltiplo S.A., no valor de até US\$36 milhões, com prazo de até 2 anos e taxa efetiva de até 5,7% ao ano (equivalente a taxa nominal de 5,79% ao ano); (c) Em 10 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovaram a contratação de Financiamento no âmbito do Programa BNDES "Mais Inovação - Aquisição de Bens Inovadores", com a finalidade de propiciar financiamento aos clientes da Companhia para aquisição de seus produtos, no valor total de R\$ 100.000, índice de correção TR (Taxa de Referência) acrescido de Spread do BNDES, tendo como garantia a hipoteca sobre os imóveis de propriedade da Companhia objeto das matrículas nº 34.310 e 69.544, registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Santa Bárbara d'Oeste, SP, conforme os termos e condições aprovados pelo Comitê de Crédito e Operações do BNDES na Dec. CCOp nº 183/2024 - BNDES e nº 52/2024 - FINAME, ambas de 12/11/2024; (d) Em 12 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira Banco do Brasil S.A., no valor de até €5 milhões, com prazo de até 1 ano e taxa efetiva de até 4,7% ao ano, prestação com aval da subsidiária Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.; (e) Em junho de 2023, a subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W") firmou contrato de financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. (Nassau Branch) no valor de €3,5 milhões (equivalente ao montante atual de R\$18.910), pelo prazo de 3 anos, com garantia através de aval da Companhia. O financiamento tem juros fixos de 5,7% ao ano e são devidos trimestralmente. Esta captação foi isenta de exigência de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras. Em setembro de 2024, a subsidiária Burkhardt Weber Fertigungssysteme GMBH "B+W" firmou contrato de financiamento junto ao Itaú BBA Europe, S.A. (Luxembourg Branch) no valor de €3 milhões, pelo prazo de seis meses, com garantia através do aval da Companhia. O financiamento tem custos financeiros de 5,15%; em outubro de 2024, a subsidiária Burkhardt Weber Fertigungssysteme GMBH "B+W" firmou contrato de financiamento junto ao Itaú BBA Europe, S.A. (Luxembourg Branch) no valor de €4 milhões, pelo prazo de até um ano, com garantia através do aval da Companhia. O financiamento tem custos financeiros de até 5,25 a.a.; (f) Em 29 de março 2022, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a contratação de linha de financiamento junto a instituição financeira BNDES Exim Pós-embarque Bens (Modalidade *Supplier Credit*), objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação para suas subsidiárias, nos termos das Decisões CCOp\_06/2022 - FINAME e CCOp\_20/2022 - BNDES, nos valores equivalentes a até (i) US\$8.000 milhões ao custo financeiro da taxa LIBOR fixada em 2,2661% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, e (ii) €10.000 milhões ao custo financeiro proveniente da "Euro Area Yield Curve" fixado em 0,131415% a.a., acrescido de 1,1% a.a. de spread e de 0,5% flat descontado na liberação do recurso, ambos com (a) prazo de 4 anos, com pagamentos semestrais e vencimento da primeira parcela de principal no 12º mês a contar da data do embarque ou consolidação de embarques, e (b) garantia fidejussória pela Companhia, para a totalidade da dívida, por meio de endosso (ou cessão de crédito), com direito de regresso em favor do BNDES ou FINAME, conforme aplicáveis, nos títulos de crédito representativos do pagamento das exportações.

	Controladora		Consolidado	
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Total
<b>Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2022</b>	<b>129.361</b>	<b>94.184</b>	<b>223.545</b>	<b>329.883</b>
Novas captações	84.000	-	84.000	100.325
Pagamento do principal	(906)	(20.151)	(21.057)	(26.293)
Pagamentos de juros	(14.731)	(1.650)	(16.381)	(18.611)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	-	(4.925)	(4.925)	(8.967)
Juros no final do período	14.705	1.910	16.615	17.033
<b>Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2023</b>	<b>212.429</b>	<b>69.368</b>	<b>281.797</b>	<b>393.371</b>
Novas captações (a) e (b)	62.121	108.098	170.219	188.382
Pagamento do principal	(70.856)	(68.706)	(139.562)	(215.396)
Pagamentos de juros	(13.765)	(1.529)	(15.294)	(17.052)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	-	15.921	15.921	63.455
Juros no final do exercício	13.037	3.206	16.243	16.604
Variação crédito rotativo (líquido)	-	-	-	35.043
<b>Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2024</b>	<b>202.966</b>	<b>126.358</b>	<b>329.324</b>	<b>464.407</b>
Circulante	25.931	41.748	67.679	147.148
Não circulante	177.035	84.610	261.645	317.259
	<b>202.966</b>	<b>126.358</b>	<b>329.324</b>	<b>464.407</b>

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora	Consolidado
2026	75.937	75.938
2027	96.309	147.114
2028	35.760	40.568
2029 e após	53.639	53.639
<b>Total</b>	<b>261.645</b>	<b>317.259</b>

**Cláusulas contratuais restritivas ("covenants"):** Determinados contratos de financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas anuais e, contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros dentro de parâmetros preestabelecidos, atrelados a índices de endividamento e capitalização. Na avaliação da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados anualmente estão adequadamente atendidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**14. FINANCIAMENTOS - FINAME FABRICANTE:**

	Controladora e Consolidado
<b>Saldo dos financiamentos FINAME</b>	
<b>Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2022</b>	<b>391.131</b>
Novas captações	171.540
Pagamento do principal	(117.426)
Pagamento de juros	(53.273)
Juros no final do período	(162)
<b>Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2023</b>	<b>391.810</b>
Novas captações	195.986
Pagamento do principal	(168.991)
Pagamento de juros	(27.947)
Variação cambial e monetária	-
Juros no final do exercício	219
<b>Saldo dos financiamentos em 31 de dezembro 2024</b>	<b>391.077</b>
Circulante	
FINAME Fabricante	196.847
Não Circulante	
FINAME Fabricante	194.230
	<b>391.077</b>

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controladora Rominor, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora dessa operação. Os saldos da rubrica "Financiamentos - FINAME fabricante" e, consequentemente os da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME fabricante" em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$35.097 em 31 de dezembro de 2024 (R\$11.044 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a duplicatas em atraso, renegotiações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, além de montante de perdas para créditos de liquidação duvidosa já registrados, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas. Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2026	109.760
2027	58.997
2028	23.731
2029 e após	1.742
<b>Total</b>	<b>194.230</b>

**15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS:** A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda provável, conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2024</b>	<b>31.12.2023</b>
Fiscais	150	150
Cíveis	2.743	2.797
Trabalhistas	3.425	1.637
<b>Total</b>	<b>6.318</b>	<b>4.251</b>
Passivo circulante	5.921	3.848
Passivo não circulante	397	403
	<b>6.318</b>	<b>4.251</b>

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza fiscal, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
<b>Fiscais</b>		
Excesso de IRPJ e CSLL s/JCP (a) (i)	89.295	80.447
Glosa de créditos PIS e COFINS	15.156	13.864
Crédito de contribuição previdenciária s/pagamento de lucro aos Administradores	4.186	3.981
Saldo negativo IRPJ e CSLL	3.080	2.570
Glosa de créditos IPI	6.686	6.604
Pagamento IRRF Duplicidade	-	3.148
Crédito de ICMS	178	165
<b>Cíveis</b>		
Perdas e danos	15.591	13.799
<b>Trabalhistas</b>	<b>3.599</b>	<b>3.203</b>
<b>Total Controladora e Consolidado</b>	<b>137.771</b>	<b>127.781</b>

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, cuja movimentação no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Adições	Utilizações/ reversões	Variação cambial	Atualização monetária e	31.12.2024
Fiscais	150	-	-	-	-	150
Cíveis	2.464	24	(53)	-	308	2.743
Trabalhistas	1.637	4.094	(3.208)	-	903	3.425
<b>Total Controladora</b>	<b>4.251</b>	<b>4.118</b>	<b>(3.261)</b>	<b>-</b>	<b>1.211</b>	<b>6.318</b>
Processo em subsidiárias	-	54	-	-	-	54
<b>Total Consolidado</b>	<b>4.251</b>	<b>4.172</b>	<b>(3.261)</b>	<b>-</b>	<b>1.211</b>	<b>6.372</b>

Em 31 de dezembro de 2024, a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, ou que constituem uma obrigação legal, é como segue: **(a) Processos fiscais passivos:** Correspondem às obrigações legais relativas a: (i) Excesso de IRPJ e CSLL s/JCP ano calendário 2019: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestre de 2019, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados. Conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, foi interposto recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e encontra-se aguardando julgamento. Excesso de IRPJ e CSLL s/JCP ano calendário 2020: Trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para exigir créditos de IRPJ e CSLL, referentes aos 1º, 3º e 4º trimestre de 2020, supostamente devidos em razão da apuração e dedução de despesas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) em valor superior ao admitido pela legislação tributária, diante da utilização da base de lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados. Conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, foi apresentada Impugnação ao auto de infração julgado improcedente e em fevereiro/2024 foi interposto recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e encontra-se aguardando julgamento. **(b) Processos fiscais ativos:** (i) Em 31 de agosto de 2021, a Companhia depositou judicialmente o montante de R\$ 10.072, que se refere ao processo de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, embora o trânsito em julgado tenha ocorrido em 21 de fevereiro de 2019, somente em 2 de setembro de 2020, a Receita Federal do Brasil resolveu verificar se os créditos tributários constituídos por meio de DCTF se referiam ao PIS e a COFINS efetivamente apurados sobre o ICMS incluído nas respectivas bases de cálculo. Para tanto foi expedido termos de intimação fiscal solicitando a apresentação de diversos documentos contábeis. Após análise, a Receita Federal do Brasil entendeu que a Companhia teria considerado, na apuração do PIS e COFINS incidentes sobre o ICMS destacado nas notas fiscais de saída, operações de venda de mercadorias e serviços que supostamente não teriam composto as bases de cálculo das referidas contribuições. Com isso, concluiu que parte dos créditos tributários de PIS e COFINS declarados nas DCTF vinculadas ao mandado de segurança, não correspondiam efetivamente ao valor do ICMS destacado nas notas e assim foi expedida carta cobrança para pagamento desses valores. Após análise detalhada dessa cobrança, a Companhia entendeu que a Receita Federal do Brasil cometeu diversos equívocos na sua apuração do PIS e COFINS, assim para discutir o tema judicialmente através de uma Ação Anulatória, fez-se necessário garantir o Juízo através do depósito judicial do valor discutido. Em 31 de dezembro de 2022, conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, este processo foi classificado como perda possível. Para o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das informações financeiras intermediárias trimestrais. **(c) Processos cíveis:** Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros. **(d) Processos trabalhistas:** A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) diferença de horas extras e reflexos; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional, e (iv) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros. **(e) Depósitos judiciais:** A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$12.131 em 31 de dezembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023 - R\$12.150) de diversas naturezas, classificados no ativo não circulante, referente a processos remotos ou possíveis. As causas classificadas como de risco possível de natureza fiscal, cível e trabalhista discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais.

**16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pelas controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos, para as quais o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido. As subsidiárias fora do Brasil seguem os regimes tributários locais. A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Controladora	Consolidado
<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>117.579</b>	<b>179.147</b>	<b>121.320</b>
<b>34%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
(39.977)	(60.910)	(41.249)
25.478	24.543	25.478
1.678	1.946	1.678
4.172	3.248	4.172
6.164	19.398	-
-	-	(3.405)
(1.696)	(1.890)	(1.696)
-	-	8.500
485	(1.396)	166
<b>(3.696)</b>	<b>(15.061)</b>	<b>(6.356)</b>
		<b>(18.771)</b>

O valor nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido às controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos serem optantes pelo regime do lucro presumido durante os exercícios apresentados, e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior, com exceção da BW. Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora	Consolidado
<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
(5.566)	(15.954)	(11.947)
1.870	893	5.591
<b>(3.696)</b>	<b>(15.061)</b>	<b>(6.356)</b>
		<b>(18.771)</b>

	2024		2023	
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
<b>Ativo (i):</b>				
Estoques - provisão para realização	24.940	6.222	2.245	8.467
Reintegração de máquinas	4.078	1.017	367	1.384
Prejuízo fiscal	880	-	79	79
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.035	258	93	351
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	6.318	1.539	555	2.094
Comissões condicionadas	1.042	260	94	354
Participação dos administradores	4.787	-	431	431

→ continuação



**ROMI S.A.**

Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63

**ROMI3**  
B3 LISTED NM



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a capitalização da reserva de lucros da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 7º, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia com bonificação de ações. A bonificação em ações foi realizada à razão de 5% (cinco por cento), o aumento de capital foi efetivado com a emissão de 4.436.702 novas ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, atribuídas aos detentores de ações, a título de bonificação na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 20 (vinte) ações existentes. **Reserva de lucros: a) Reserva legal:** O saldo da rubrica "Reserva Legal", tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. **b) Dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP"):** O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio a título de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	113.883	164.086
(-) Constituição de reserva Legal	(5.694)	(8.206)
Lucro passível de distribuição	108.189	155.880
Dividendos obrigatórios	(27.047)	(38.970)
Dividendos excedentes já distribuídos	(47.889)	(33.214)
Dividendos totais distribuídos	(74.936)	(72.184)
<b>Constituição de reserva de lucros</b>	<b>33.253</b>	<b>83.696</b>

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio ("JCP") no montante de R\$74.936, conforme comunicados ao mercado nas datas listadas abaixo: 1. Em 25 de março de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R\$10.649, sendo 0,12 por ação, cujo pagamento foi realizado em 10 de abril de 2024. 2. Em 11 de junho de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R\$21.429, sendo 0,23 por ação, cujo pagamento foi realizado em 17 de julho de 2024. 3. Em 17 de setembro de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R\$22.361, sendo 0,24 por ação, cujo pagamento foi realizado em 21 de novembro de 2024. 4. Em 10 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R\$20.497, sendo 0,22 por ação, cujo pagamento será realizado em 26 de fevereiro de 2025. O montante total pago pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, líquido da retenção do imposto de renda, foi de R\$57.384 (R\$97.970 em 2023). **Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas controladores	113.883	164.086
Média ponderada das ações em circulação	93.171	93.171
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>1,22</b>	<b>1,76</b>

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com efeito diluidor sobre o resultado por ação.

**18. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMPLEMENTAR:** A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, classificado como Contribuição Definida - CD. A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia. O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$1.722 (R\$1.208 em 31 de dezembro de 2023). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nas rubricas "Custo dos produtos e serviços vendidos", "Despesas com vendas", "Despesas gerais e administrativas" e "Pesquisa e Desenvolvimento", em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

**19. SEGUROS:** Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R\$193.428; (ii) máquinas e equipamentos - R\$651.706; (iii) estoques e máquinas pendentes de reintegração - R\$511.361; (iv) obras - R\$8.947; (v) bens em poder de terceiros - R\$108.599; e (vi) outros - R\$914.

**20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS:** (a) Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • **Duplicatas a receber e valores a receber - repasse FINAME fabricante:** comentados e apresentados nas Notas 4 e 5. • **Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante:** comentados e apresentados nas Notas 13 e 14. A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente. (b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia **Risco de preço das mercadorias:** esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional. **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. **Risco de taxas de câmbio:** esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em "hedge" natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução. A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação de efeitos de tradução são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores. **Riscos Tributários:** esse risco está relacionado a mudança nas legislações tributárias e de entendimentos com relação às ações que a companhia figura como ré, que podem afetar direta ou indiretamente a rentabilidade da Companhia, sendo através de incremento de custo/despesa ou também pelo aumento da carga tributária sobre o lucro obtido. **Risco de crédito:** advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. **Qualidade dos créditos:** devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia. **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos financiamentos são apresentados na Nota 13. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>				
Financiamentos	147.476	92.412	257.656	–
FINAME Fabricante	196.847	109.760	82.728	1.742
Fornecedores	110.420	–	–	–
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>				
Financiamentos	176.839	54.155	162.377	–
FINAME Fabricante	162.410	119.324	106.402	3.674
Fornecedores	80.128	–	–	–

**Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante:** os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica "Valores a receber - repasse FINAME Fabricante". Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas. **Risco de gerenciamento de capital:** o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e beneficiários a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
(-) Total dos financiamentos	720.401	673.607	855.484	785.181
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(118.450)	(216.256)	(261.597)	(282.418)
Aplicações financeiras (Nota 3)	(50.853)	(66)	(100.099)	(32.066)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante (Nota 5)	(426.174)	(402.854)	(426.174)	(402.854)
Dívida (Caixa) líquida	<b>124.924</b>	<b>54.431</b>	<b>67.614</b>	<b>67.843</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.226.745</b>	<b>1.169.511</b>	<b>1.229.013</b>	<b>1.169.511</b>
Total do capital	1.351.669	1.223.942	1.296.627	1.237.354
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>9,2%</b>	<b>4,4%</b>	<b>5,2%</b>	<b>5,5%</b>

**Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM:** (i) **Variações na moeda estrangeira:** As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos a efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	11.166	–	11.166	–
Duplicatas a receber	28.908	–	28.908	–
Partes relacionadas a receber	107.342	–	107.342	–
Outros créditos	2.584	–	2.584	–
Partes relacionadas a pagar	(319)	–	(319)	–
Financiamentos	(136.284)	–	(136.284)	–
Fornecedores	(25.205)	–	(25.205)	–
Adiantamentos de clientes	(5.710)	–	(5.710)	–
Outras contas a pagar	(851)	–	(851)	–
<b>Exposição passiva líquida</b>	<b>(18.369)</b>	<b>–</b>	<b>(18.369)</b>	<b>–</b>

A seguir estão demonstrados os ganhos que teriam sido reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
	(19.165)	(23.956)	(28.747)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando a cotação projetada para o ano de 2025, sendo dólar a R\$6,09 e euro a R\$6,72. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros. Divulgações: (ii) **Variações na taxa de juros:** Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC. Em 31 de dezembro de 2024, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI/SELIC.

Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculados ao CDI  
Total de empréstimos e financiamentos vinculados à Selic

**Exposição ativa líquida**

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI/SELIC. As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de acordo com os seguintes cenários: O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2025, no valor de 15,0%. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

**Exposição ativa ao CDI:**

Exposição ativa líquida

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
	15.469	19.336	23.204

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
	28.281	35.351	42.422

Resalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos. (c) Instrumentos financeiros por categoria Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Empréstimos e recebíveis:</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	118.450	216.256	261.597	282.418
Aplicações financeiras	50.853	66	100.099	32.066
Duplicatas a receber	113.394	104.220	312.612	310.552
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	426.174	402.854	426.174	402.854
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	17.000	16.774	24.258	16.353

**Passivos financeiros ao custo amortizado:**

Financiamentos	329.324	281.797	464.407	393.371
Financiamentos - FINAME fabricante	391.077	391.810	391.077	391.810
Fornecedores	96.700	56.071	112.747	80.128
Outras contas a pagar	14.007	9.297	47.626	37.750

**21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO - CONSOLIDADO:** Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. Apesar de as unidades de negócio Fundidos e Usinados e Máquinas Burkhardt+Weber terem apresentado prejuízo operacional, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que leve à necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis, conforme mencionado na NE 11.

	31.12.2024				Consolidado
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos	
Receita operacional líquida	814.599	234.959	177.529	(7.076)	1.220.011
Custo dos produtos e serviços vendidos	(419.262)	(191.105)	(254.428)	–	(864.795)
Transferências remetidas	2.532	–	71.033	–	(73.565)
Transferências recebidas	(71.033)	–	(2.532)	–	73.565
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>326.836</b>	<b>43.854</b>	<b>(8.398)</b>	<b>(7.076)</b>	<b>–</b>
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(93.608)	(19.233)	(6.652)	–	(118.493)
Gerais e administrativas	(59.325)	(30.447)	(16.928)	–	(106.700)
Pesquisa e desenvolvimento	(24.804)	–	(6.270)	–	(31.074)
Honorários da Administração	(10.249)	–	(4.251)	–	(14.500)
Outras receitas operacionais líquidas	2.112	–	26.059	–	28.171
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>141.961</b>	<b>(5.826)</b>	<b>(42.499)</b>	<b>18.983</b>	<b>–</b>
Estoques	463.285	169.670	82.589	–	715.544
Depreciação e amortização	38.543	7.455	14.615	–	60.613
Imobilizado, líquido e imobilizado disponível para venda	367.443	74.956	78.008	–	520.407
Intangível	335	48.749	2	–	49.086
<b>Europa</b>	<b>América Latina</b>	<b>América do Norte</b>	<b>África e Ásia</b>	<b>Total</b>	
	128.893	922.485	45.782	122.851	1.220.011

As informações do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com os segmentos da Companhia:

	31.12.2023				Consolidado
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos	
Receita operacional líquida	781.864	225.584	222.595	–	1.227.247
Custo dos produtos e serviços vendidos	(382.238)	(176.218)	(302.852)	–	(859.705)
Transferências remetidas	1.896	–	73.603	–	(75.499)
Transferências recebidas	(73.603)	–	(1.896)	–	75.499
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>326.726</b>	<b>49.366</b>	<b>(8.550)</b>	<b>–</b>	<b>367.542</b>
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(86.546)	(18.867)	(5.974)	–	(111.387)
Gerais e administrativas	(48.373)	(29.420)	(20.638)	–	(98.431)
Pesquisa e desenvolvimento	(23.193)	–	(6.967)	–	(30.160)
Honorários da Administração	(8.757)	–	(5.475)	–	(14.232)
Outras receitas operacionais líquidas	7.869	–	51.966	–	59.835
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>167.727</b>	<b>1.079</b>	<b>(47.604)</b>	<b>51.966</b>	<b>–</b>
Estoques	443.581	93.671	69.755	–	607.007
Depreciação e amortização	31.288	9.500	15.250	–	56.038
Imobilizado, líquido	320.058	60.551	74.070	–	454.679
Intangível	637	43.722	3	–	44.362
<b>Europa</b>	<b>América Latina</b>	<b>América do Norte</b>	<b>África e Ásia</b>	<b>Total</b>	
	437.328	665.939	95.092	28.888	1.227.247

Receita operacional líquida por região geográfica

**22. COMPROMISSOS FUTUROS:** A Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica para os próximos 2 anos, sendo 2025 com a CTG Brasil, e para o período que sucede o contrato em curso foi contratada a Auren Energia, portanto, até 31 de dezembro de 2026, e passa a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IPCA:

	Valor
<b>Ano de Fornecimento</b>	
2025	15.554
2026	8.935
	<b>24.490</b>

→ continuação

	<b>ROMI S.A.</b> Companhia Aberta - CNPJ nº 56.720.428/0001-63	<b>ROMI3</b> B3 LISTED NM		
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>DIRETORIA</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>		
<b>Américo Emílio Romi Neto</b> - Presidente do Conselho de Administração <b>Carlos Guimarães Chiti</b> - Vice-Presidente do Conselho de Administração <b>Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho</b> - Membro do Conselho de Administração <b>José Carlos Romi</b> - Membro do Conselho de Administração <b>Mônica Romi Zanatta</b> - Membro do Conselho de Administração <b>Paulo Romi</b> - Membro do Conselho de Administração <b>Marcio Guedes Pereira Junior</b> - Membro do Conselho de Administração <b>Ana Carolina Ribeiro Strobel</b> - Membro do Conselho de Administração	<b>Luiz Cassiano Rando Rosolen</b> - Presidente <b>Fernando Marcos Cassoni</b> - Vice-Presidente  <b>Fábio Barbanti Taiar</b> - Diretor <b>Tales Caires Aquino</b> - Diretor	<b>Alfredo Ferreira de Marques Filho</b> <b>Clóvis Ailton Madeira</b> <b>Walter Luis Bernardes Albertoni</b>		
	<b>Fábio Barbanti Taiar</b> - Diretor <b>Tales Caires Aquino</b> - Diretor	<b>CONTADORA</b> <b>Josiane Perdigão Gibin</b> - CRC - SP 202148/O-8		

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de ROMI S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, bem como da Proposta da Administração no que tange ao Orçamento de Capital para o exercício de 2025. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

Alfredo Ferreira Marques Filho

Santa Bárbara d'Oeste, 04 de fevereiro de 2025  
Clóvis Ailton Madeira

Walter Luis Bernardes Albertoni

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas da Romi S.A. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Romi S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Romi S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme descrito na nota explicativa nº 2.17.b às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Ativos imobilizado e intangível - Avaliação de indicadores de redução do valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível para os segmentos de "Fundidos e Usinados" e "Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")"* Por que é um PAA Conforme divulgado nas notas explicativas nº 2.11, nº 11 e nº 12 (d) (i) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia realiza anualmente análise da existência de indicadores de "impairment" e, caso necessário, efetua a mensuração do valor recuperável, a fim de concluir sobre a necessidade de provisão para perdas ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis. Esse assunto foi considerado como um PAA principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado de atuação dos segmentos de Fundidos e Usinados e B+W durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que indicaram existência de indicadores de "impairment", que ensejaram a elaboração da mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis destes segmentos, a qual exige alto grau de julgamento empregado pela Administração, utilização de conhecimento técnico e do histórico das operações da Companhia e, a realização de projeções dos resultados futuros, a fim de mensurar o valor recuperável dos referidos ativos. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos

procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Avaliação da existência de indicadores de "impairment". (ii) Execução de procedimentos de auditoria preliminares sobre algumas das estimativas e premissas de negócio relevantes que pudessem nos indicar se os ativos possam ter sofrido desvalorização, quando aplicável, para eventual identificação de risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (iii) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos preliminares aplicados, não identificamos indicadores de redução do valor recuperável para os segmentos Fundidos e Usinados e B+W e, assim, consideramos aceitável o valor do ativo imobilizado e do ativo intangível dos segmentos Fundidos e Usinados e B+W no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado** - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos auditoria de grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pela revisão do trabalho de auditoria executado com propósito da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 4 de fevereiro de 2025

**Deloitte Touche Tohmatsu**  
**Auditores Independentes Ltda.**  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
**Manoel P. da Silva**  
Contador CRC nº 1 SP 205664/O-2

**Deloitte.****DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os diretores inframencionados, declaram que o conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

**Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente**  
**Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente**

Santa Bárbara d'Oeste, 04 de fevereiro de 2025  
**Fábio Barbanti Taiar - Diretor**  
**Douglas Pedro de Alcântara - Diretor**

**Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor**  
**Tales Caires Aquino - Diretor**

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Os diretores inframencionados declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório de Revisão emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ROMI S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente**  
**Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente**

Santa Bárbara d'Oeste, 04 de fevereiro de 2025  
**Fábio Barbanti Taiar - Diretor**  
**Douglas Pedro de Alcântara - Diretor**

**Maurício Lanzellotti Lopes - Diretor**  
**Tales Caires Aquino - Diretor**

**RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS 2024**

O Comitê de Auditoria e Riscos de ROMI S.A. ("Comitê"), eleito em 12/03/2024, no período entre sua eleição e a presente data se reuniu ao todo 6 vezes, sendo 4 reuniões com a presença do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, para análise das Informações Financeiras Trimestrais, conforme seu Regimento Interno. Os principais assuntos debatidos foram: 1. Atividades da Auditoria Interna, bem como a evolução e implementação dos planos de ação definidos para remediar as deficiências identificadas; 2. Informações Financeiras Trimestrais e Demonstrações Financeiras em conjunto com o Conselho Fiscal e a Auditoria Independente; 3. Carta de Recomendações da Auditoria Independente; 4. Orçamentos 2025 da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria e Riscos; 5. Plano de Auditoria realizado em 2024 e proposto para 2025; e 6. Programa de Compliance e Sistema de Gerenciamento de Riscos, incluindo Canal de Denúncias, Comitê de Diversidade e Inclusão e implementação de práticas ESG. Considerando a análise dos assuntos acima, incluindo as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 2024, o Comitê conclui que a Companhia se encontra em conformidade com as normas legais, regulatórias, estatutárias e suas políticas.

Márcio Guedes Pereira Júnior - Coordenador

Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho

Antônio Carlos Bonini Santos Pinto

Ana Carolina Ribeiro Strobel



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>